

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.098 - DF
(2017/0259462-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO
EXEQUENTE : VALDEMAR GOMES RIBEIRO
ADVOGADA : GIOVANNA RAMOS MEE DO NASCIMENTO - DF030790
EXECUTADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de impugnação (fls. 750/779) apresentada pela União, por meio da qual sustenta, em suma, que: (a) é inexigível o título, tendo em vista a efetiva anulação da portaria anistiadora; (b) a ausência de trânsito tem julgado do acórdão exequendo torna inexigível o título; (c) há excesso de execução, pois o valor executado deve limitar-se ao valor nominal da portaria de anistia.

Em sua resposta (fls. 808/855), o exequente argumenta que:

Com efeito, exsurge dos autos do Mandado de Segurança que ora se executa, o fato inexorável e inafastável do flagrante cerceamento de defesa em desfavor do exequente no processo administrativo que resolveu por anular seu direito já reconhecido de anistiado político, eis que caberia à Administração utilizar-se de todos os meios possíveis para fins de sua intimação pessoal, mas assim não o fez, ao que tudo indica como mostra aos autos, optou pela forma fácil e ficta da intimação por edital. Ora, a intimação pessoal era condição absoluta para fins de injetar formalmente ares de legalidade no procedimento em questão. É da Lei. Deste ônus não se desincumbiu, e este ônus era seu, e se não o cumpriu, repita-se, o indigitado processo administrativo é nulo de pleno direito e assim deve ser declarado.

(...) De se ver, pois, Excelência, a necessária declaração de nulidade por flagrante cerceamento de defesa do exequente, do Processo Administrativo Anulatório 08001.002832/2004-02, vias de consequência, da Portaria 0485, de 06/04/2006, que resolveu por anular a Portaria MI nº 2040, de 12/12/2002, que declarou o exequente anistiado político.

(...) A alegação de impossibilidade de execução provisória, "in casu", ressentida de higidez juridicamente hábil a sustentá-la.

Com efeito, o alcance do art. 2.º-B da Lei 9.494/1997, não se mostra como óbice intransponível a execução imediata de sentença concessiva de Mandado de Segurança, na exata e clara medida de sua aplicabilidade restringir-se às hipóteses nele expressamente elegidas.

No mais, pugna, em suma, pelo prosseguimento da presente execução, requerendo, inclusive, a incidência de correção monetária e juros de mora.

Às fls. 804/805, o exequente requer a gratuidade de justiça.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, impõe-se o deferimento do pedido de gratuidade de justiça.

A União sustenta que houve anulação da "PORTARIA ANISTIADORA MI Nº 2040, de 12 de dezembro de 2002, PELA PORTARIA 0485, de 6 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2006".

Extraí-se do documento juntado com a impugnação ("Memorando nº

642/2017/DINP/CGP/CA"):

(...) O Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça publicou a Portaria nº 594, de 12 de fevereiro 2004 (2509386), instaurando, ex officio, processos de anulação das portarias em que foi reconhecida a condição de anistiados políticos e concedidas as consequentes reparações econômicas, em favor das pessoas relacionadas no Anexo I, consoante os respectivos Requerimentos de Anistia, sob o fundamento de que, à época da edição da Portaria no 1.104/64 do Ministério da Aeronáutica, os abaixo nominados não ostentavam status de cabo. Assim, diversamente do que se dera com os cabos então em serviço, a referida portaria não os atingiu como ato de exceção de natureza política, mas, sim, como mero regulamento administrativo das prorrogações do Serviço Militar, do qual tinham prévio conhecimento.

Foi instaurado o Processo nº 08001.002832/2004-02 (2503743), tendo por objetivo reexaminar a condição de anistiado político e respectiva reparação econômica declaradas nos autos do processo nº 2001.01.03700 (fls.05 - pdf.10- volume I).

Considerando o posicionamento da douda Advocacia-Geral da União, por intermédio da Nota Preliminar nº AGU/JD- 312003, devidamente aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Advogado-Geral da União, que, ao se pronunciar em relação à natureza jurídica da Portaria nº 1.104-GMS, de 12 de outubro de 1964 adotou idêntico entendimento, foi publicada a Portaria 0485, de 6 de abril de 2006, no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2006 (2509495), anulando a Portaria MI nº 2040, de 12 de dezembro de 2002, que declarou anistiado político VALDEMAR GOMES RIBEIRO, de acordo com O disposto no art. 17 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, tendo em vista a falsidade dos motivos que ensejaram a citada declaração.

Como se verifica, houve a efetiva anulação da portaria anistiadora.

Em sua resposta, o exequente pugna pela "declaração de nulidade por flagrante cerceamento de defesa" do respectivo processo administrativo.

Não obstante tal argumento, verifica-se que tal análise não pode ocorrer nos autos da presente execução.

Isso porque a impugnação à Portaria 485/2006 - que anulou a portaria anistiadora - devia ter ocorrido mediante a via adequada no momento oportuno.

Nesse contexto, sendo manifesta a inexigibilidade do título, impõe-se a extinção da presente execução.

Diante do exposto, **julgo procedente a impugnação**, a fim de reconhecer a inexigibilidade do título e, consequentemente, julgo extinta a execução. Fixo a verba honorária, em favor da União, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Em razão do benefício da gratuidade de justiça, impõe-se a aplicação do disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, a fim de que a condenação em honorários de advogado fique sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma e no prazo previstos no preceito legal referido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Primeira Seção